



Malha Curricular do Curso:
Justiça Ambiental para os Povos Indígenas da
Amazônia
2024



Índice

1	Fundo	4
2	Objetivo	5
3	Modalidade do Curso	5
4	A quem se destina?	6
5	Módulos e conteúdos curriculares	7
5.1	Matriz de competências	8
5.2	Conteúdo curricular	9
5.3	Mapa Curricular	11
5.4	Carga	12
6	Requisitos de candidatura	12
7	Seleção e Bolsas	12
8	Critérios de avaliação da aprendizagem	13
8.1	Avaliação da aprendizagem	13
8.2	Avaliação formativa	13
9	Requisitos de aprovação e certificação	13
10	Datas	14



Lista de siglas

ABP	Aprendizagem Baseada em Projetos
CBD	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CIDH	Corte Interamericana de Derechos Humanos
CPE	Constituição Política do Estado
FILAC	Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe
PI	Povos Indígenas
SIDH	Sistema Interamericano de Derechos Humanos
TCA	Tratado de Cooperación Amazônica
UNCCD	Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e à Seca



Antecedentes¹

A Amazônia é a maior floresta tropical do planeta, com 6,7 milhões de km², lugar que abriga 10% da biodiversidade da Terra e 20% da sua água doce; produz oxigênio e chuva e regula o clima continental e global. No entanto, embora seja um importante reservatório da humanidade, está em constante risco devido às pressões do sistema exploratório, que ameaçam os modos de vida dos povos indígenas, incluindo a perda de conhecimentos e saberes ancestrais e a desconexão com seu território, sua identidade e sua cultura.

A demanda por recursos naturais no atual contexto geopolítico e econômico está gerando crescente pressão sobre os ecossistemas ao redor do planeta e, em particular, sobre os territórios indígenas, acentuando os efeitos dos modelos exploratórios de desenvolvimento na região. Nos últimos anos, por exemplo, houve contaminação significativa com metais pesados, como o mercúrio, nos rios da Amazônia. Os danos ecológicos e socioculturais causados pela exploração do petróleo continuam sendo uma realidade que anda de mãos dadas com a perseguição a lideranças dos povos indígenas e a criminalização dos movimentos indígenas que se opõem a essa realidade. Nesse contexto, há uma necessidade crescente de que os Povos Indígenas tenham um maior conhecimento das normas internacionais de direitos, dos marcos legais nacionais e das ferramentas para exigir e fazer cumprir esses direitos.

Há um reconhecimento crescente da relevância dos Povos Indígenas na conservação, proteção e reparação de seus ecossistemas, bem como da importância de sua participação nas instâncias de governança e no financiamento climático. Também da importância do reconhecimento da autodeterminação e da consulta e do consentimento livre, prévio e informado, como direitos fundamentais para enfrentar as mudanças climáticas com uma abordagem baseada em direitos. Nesse contexto de relevância e responsabilidade, os ativistas e defensores do clima dos povos indígenas têm papel fundamental no enfrentamento da ação de governos e empresas pela

¹ FILAC (2024) Termos de Referência. Consultoria Curricular Desenho do Currículo de um Curso de Justiça Ambiental voltado para Povos Indígenas. Pág. 1



proteção de seus territórios. Tornar visíveis, conscientizar e treinar suas comunidades e a sociedade como um todo sobre os efeitos das mudanças climáticas, do desmatamento e da destruição da biodiversidade em seus modos de vida e ecossistemas.

Os desafios que esses defensores e ativistas devem enfrentar exigem conhecimentos e ferramentas para a realização de ações que garantam o respeito aos direitos individuais e coletivos dos povos indígenas reconhecidos nas convenções internacionais adotadas pelos Estados.

No âmbito de seu mandato, a FILAC estabeleceu o objetivo de realizar um conjunto de ações para promover o exercício dos direitos dos Povos Indígenas da Amazônia afetados por ações antrópicas que aumentam a vulnerabilidade às mudanças climáticas e ameaçam seus modos de vida e existência como Povos. Entre as ações a serem realizadas está o fortalecimento de capacidades por meio de um programa de capacitação que forneça conhecimentos e ferramentas de acesso à Justiça Ambiental voltada aos defensores territoriais dos povos indígenas amazônicos.

1 **Objetivo**

Capacitar ativistas ambientais dos Povos Indígenas da Amazônia sobre mudanças climáticas, poluição e direitos individuais e coletivos, para melhorar o acesso à Justiça Ambiental.

2 **Modalidade do Curso**

O Curso tem duração de 9 semanas, 100 horas letivas e é implementado na modalidade virtual à distância, por meio de sessões de trabalho online na Plataforma Zoom.

As aulas serão ministradas por professores da Cátedra Intercultural Indígena, acadêmicos e representantes de organismos internacionais que abordam os temas deste programa de formação.

As aulas serão realizadas de segunda a sexta-feira, das 10h às 14h.

Os participantes terão tutores que os apoiarão na elaboração do projeto final do curso.



3 A quem se destina?

- O Curso é voltado para ativistas, representantes e lideranças dos Povos Indígenas da Amazônia ligados a processos de defesa territorial para alcançar a justiça ambiental, no seguinte perfil de entrada.
- O programa será realizado em espanhol e português.
- Não é obrigatório ter ensino superior ou experiência equivalente.
- Valoriza-se que os candidatos tenham experiência comprovada e trabalho atual em suas comunidades, seus territórios e suas organizações, com ações de enfrentamento à poluição e às mudanças climáticas nos territórios dos Povos Indígenas.
- Os participantes são incentivados a ter experiência comprovada em projetos comunitários, ativismo ou liderança em organizações indígenas, bem como um histórico de participação ativa na defesa dos direitos territoriais e ambientais de suas comunidades. E, portanto, uma grande motivação e interesse nas questões de justiça ambiental, mudanças climáticas, biodiversidade e conservação, bem como em compartilhar e replicar em suas organizações e territórios o que aprenderam neste programa de capacitação.
- É desejável que os candidatos falem sua língua indígena.
- O programa de treinamento *online* requer uma boa organização e gerenciamento de tempo para atender aos requisitos de aprovação.



4 Módulos e conteúdos curriculares

Quadro 1: Módulos e competências

Módulos	Competência
Poluição, Mudanças Climáticas e Povos Indígenas	Descreve os diferentes tipos de riscos, eventos e padrões ambientais e como estes afetam a vulnerabilidade de ecossistemas, comunidades e povos indígenas.
Instrumentos e mecanismos internacionais sobre o direito a um meio ambiente saudável e sustentável.	Aplica instrumentos e normas internacionais de direitos sobre território, meio ambiente, mudanças climáticas e povos indígenas.
Consentimento e Consulta Livre, Prévia e Informada	Aplica consentimento e consulta livre, prévia e informada.
Visibilidade e construção de alianças	Aplica ferramentas para tornar visível a violação dos direitos ambientais em seus territórios e construir alianças para enfrentá-los.

Curso Justicia Medioambiental para Pueblos Indígenas de la Amazonía – Primera Edición



4.1 Matriz de competências

Tabela 2: Matriz de Competências

Objetivo	Fortalecer as competências em direitos ambientais e o acesso a ferramentas de defesa territorial para lideranças de comunidades e povos indígenas.			
Módulo	Módulo 1	Módulo 2	Módulo 3	Módulo 4
Competência por módulo	Descreve os diferentes tipos de riscos, eventos e padrões ambientais e como estes afetam a vulnerabilidade de ecossistemas, comunidades e povos indígenas.	Aplica instrumentos e normas internacionais de direitos sobre território, meio ambiente, mudanças climáticas e povos indígenas	Aplica consentimento e consulta livre, prévia e informada.	Aplica ferramentas para tornar visível a violação dos direitos ambientais em seus territórios e constrói alianças para enfrentá-los.
Elementos da competência	Identificar os conceitos fundamentais de poluição, biodiversidade, ecossistemas e mudanças climáticas na Amazônia.	Reconhece padrões internacionais de direitos individuais e coletivos sobre o território, o meio ambiente e os povos indígenas	Identifica a implementação do processo de obtenção do consentimento livre, prévio e informado em conflitos ambientais.	Utiliza ferramentas de TIC para a visibilidade e disseminação dos Direitos dos Povos Indígenas e do Meio Ambiente.
	Coleta evidências dos impactos no meio ambiente causados pela poluição à biodiversidade, ecossistemas dos povos indígenas.	Articula padrões internacionais de direitos individuais com os Direitos dos Povos Indígenas e do Meio Ambiente.	Pratica a implementação do plano em favor dos povos indígenas do termo de consentimento livre, prévio e informado.	Facilita processos de conscientização ambiental na comunidade, território e/ou povos indígenas.
	Articula saberes indígenas e tradicionais como mecanismos de adaptação e resiliência às mudanças climáticas.	Aplica os diferentes instrumentos e mecanismos em nível nacional e internacional em estudos de casos jurídicos e jurisprudência na região.	Soluciona estudos de caso e role-plays para facilitar o processo de obtenção de consentimento livre, prévio e informado em projetos que afetam o Meio Ambiente.	Constrói alianças com a sociedade civil, a cooperação internacional e os Estados que exercem o direito dos Direitos dos Povos Indígenas e do Meio Ambiente.





4.2 Conteúdo curricular

Os conteúdos curriculares por módulo do Curso são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 3: Conteúdo por módulo

Conteúdo do Curso: Justiça Ambiental para os Povos Indígenas	
Módulo 1	<p>Poluição, Mudanças Climáticas e Povos Indígenas</p> <p>1.1 Conceitos-chave: poluição e mudanças climáticas</p> <p>1.2 Efeitos da poluição na saúde, biodiversidade e ecossistemas.</p> <p>1.3 Poluição e mudanças climáticas na Amazônia</p> <p>1.4 Coleta de evidências sobre os efeitos da poluição e das mudanças climáticas na Amazônia</p> <p>1.5 Conhecimento indígena e tradicional e importância para mitigação, adaptação e resiliência às mudanças climáticas</p> <p>1.6 O papel dos povos indígenas no enfrentamento das mudanças climáticas.</p>
Módulo 2	<p>Instrumentos e mecanismos internacionais sobre o direito a um meio ambiente saudável e sustentável.</p> <p>2.1 Normas Internacionais de Direitos Individuais e Coletivos sobre Território, Meio Ambiente e Povos Indígenas</p> <p>2.1.1 Convenção 169 da OIT e Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas.</p> <p>2.1.2 Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, Acordos de Paris e Conferência das Partes.</p> <p>2.1.3 Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).</p> <p>2.1.4 Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).</p> <p>2.1.5 Acordo de Escazú.</p> <p>2.1.6 Convenção de Minamata sobre Mercúrio.</p> <p>2.2 Empresas e Direitos dos Povos Indígenas</p> <p>2.3 Estudos de Caso: Casos Jurídicos e Jurisprudência na Região</p>
Módulo 3	<p>Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado</p> <p>3.1 Conceito CLPI</p> <p>3.1.1 Legislação nacional que incorpora o CLPI</p> <p>3.2 Implementação</p> <p>3.2.1 Estudos de caso de implementação</p> <p>3.2.2 Etapas do processo</p> <p>3.2.3 Papéis</p> <p>3.3 Estratégias de Negociação e Comunicação</p>
Módulo 4	<p>Visibilidade e construção de alianças</p> <p>4.1. Estratégias de visibilidade e divulgação através dos meios de comunicação e redes sociais.</p> <p>4.2. Estratégias de conscientização ambiental com a comunidade e os territórios.</p>

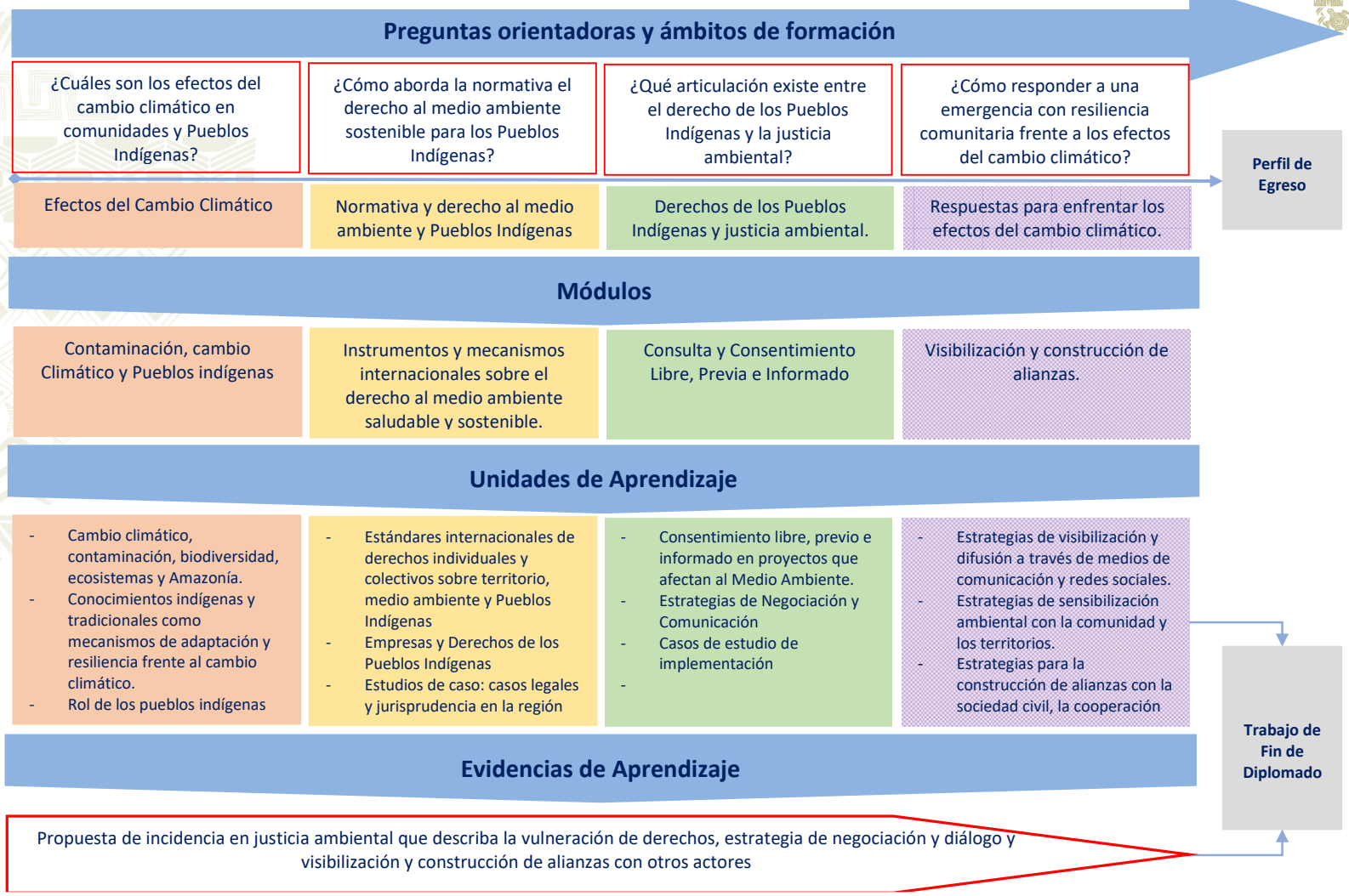


	4.3. Estratégias para construção de alianças com a sociedade civil, cooperação internacional e Estados.
	Projeto Final
	O trabalho poderia ser uma proposta de incidência para alcançar a justiça ambiental em uma situação específica que inclui documentação da situação, sua ligação com a violação de direitos reconhecidos, uma estratégia de negociação e diálogo e de visibilidade e construção de alianças com outros atores.



4.3 Mapa Curricular Diplomado: Justicia Medioambiental para Pueblos Indígenas

Tabla 4: Mapa Curricular



Perfil de Egreso

Trabajo de Fin de Diplomado



4.4 Carga

Tabela 5: Carga horária

N°	Módulo	Horas Teóricas	Horas Práticas	Total: Carga Horária
1	Poluição, Mudanças Climáticas e Povos Indígenas	15	10	25
2	Instrumentos e mecanismos internacionais sobre o direito a um meio ambiente saudável e sustentável.	15	10	25
3	Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado	15	10	25
4	Visibilidade e construção de alianças	15	10	25
Projeto Final		0	12	25
TOTAL		60	52	112

5 Requisitos para candidatura

- Preencher o formulário *online*
- Ter uma carta de referência de uma organização indígena indicando a relevância de realizar este curso, destacando seu vínculo e compromisso com a organização e a relevância de ele ou ela participar dessa formação.
- As inscrições para este programa não estão abertas para aqueles que já obtiveram uma bolsa FILAC em quaisquer um de seus programas de formação anteriores.

6 Seleção e Bolsas

Todos os selecionados receberão uma bolsa de estudos para realizar o programa de capacitação na modalidade *online*, que inclui custos administrativos, pedagógicos e de emissão de certificados. **No total, 40 estudantes de Povos Indígenas serão selecionados e contemplados com bolsas de estudo.**

O processo seletivo é realizado pela equipe técnica do FILAC, buscando promover a participação igualitária de homens e mulheres, priorizando a inclusão de jovens e mulheres sábias da comunidade. Procurará também assegurar a representação do maior número possível de países e uma diversidade de povos indígenas.



7 Críterios de avaliação da aprendizagem

7.1 Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem dará conta das competências desenvolvidas pelos participantes na prática e que visam a descoberta e explicação de fenômenos, a experimentação e compreensão de fatos, a possibilidade de encontrar elementos para responder à situação atual, bem como o resgate crítico da própria história de acordo com os critérios e princípios estabelecidos no módulo.

7.2 Avaliação formativa

Em cada módulo do Curso, os participantes desenvolvem diversas atividades para aprofundar os conhecimentos-saberes abordados durante o processo de formação, realizando atividades e produtos que demonstrem aprendizagem autônoma e colaborativa.

Nos módulos I, II, III e IV, geram insumos para a apresentação de um único projeto final denominado:

Proposta de incidência sobre justiça ambiental que descreve a violação de direitos, estratégia de negociação e diálogo e visibilidade e construção de alianças com outros atores.

A avaliação mede o desenvolvimento cognitivo alcançado pelos participantes e retroalimenta o sucesso no conteúdo, no estilo e na forma de transmissão do conhecimento. Por outro lado, o participante resolve exercícios ou analisa estudos de caso com base no que aprendeu. Esses exercícios e essas tarefas constituem os trabalhos práticos que são avaliados tanto em sua qualidade quanto em sua assertividade.

8 Requisitos de aprovação e certificação

Os selecionados serão aprovados no programa se tiverem 85% de frequência nas aulas online e se prepararem e entregarem o trabalho final do Curso. A presença implica no comprovante de participação nas aulas online. O projeto final deve seguir as orientações fornecidas no âmbito das aulas.



9 Datos

- **Inscripciones:** De 05 de julio a 03 de agosto
- **Avaluación das candidaturas:** de 05 de agosto a 10 de agosto
- **Início das aulas:** 12 de agosto
- **Período de aula:** 12 de agosto a 08 de outubro
 - **Horário:** das 11:00 às 14:00 horário de La Paz - Bolívia
- **Elaboração do projeto final:** de 08 de outubro a 24 de outubro
- **Encerramento das atividades:** 31 de outubro.